

DIREÇÃO

Exmo. Sr.
Presidente da Comissão Parlamentar
de Educação e Ciência
Prof. Doutor Alexandre Quintanilha
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Lisboa, 3 de abril de 2017

Assunto: Contributo em relação ao peso das mochilas escolares - Petição n.º 271/XIII/2.ª

Exmo. Sr. Presidente, da Comissão Parlamentar da Educação
Prof. Doutor Alexandre Quintanilha

Antes de mais, cumpre-nos agradecer a V. Exa. por permitir que os editores escolares portugueses possam contribuir para o debate, a reflexão e a procura de soluções numa matéria relacionada com a Educação. Ao exercício da nossa atividade empresarial associamos o sentido de responsabilidade, de abertura ao diálogo com os demais parceiros, e entendemos que esta chamada é o justo reconhecimento dessa postura.

Nessa linha, devemos informar V. Exa. que, a 7 de fevereiro do presente ano, a APEL tomou a iniciativa de expressar publicamente a sua solidariedade com a preocupação quanto ao peso das mochilas escolares e, ao mesmo tempo, informar o que tem sido feito pelos editores escolares, que há muitos anos se preocupam com o problema e têm tomado medidas para o minorar. Para devida apreciação, enviamos, em anexo, o Comunicado de Imprensa enviado nessa data à Comunicação Social.

Todavia, queremos aproveitar esta oportunidade para reafirmar o respeito escrupuloso pelo que está definido no Despacho n.º 11422/2014, que regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares, os prazos e os critérios de avaliação para certificação e procede à atualização dos calendários de avaliação, certificação e de adoção de manuais escolares, incluindo também as questões relacionadas com a qualidade material dos manuais, nomeadamente a robustez e o peso.

Os editores escolares têm um conhecimento aprofundado sobre as exigências, necessidades e dificuldades que se vivem no quotidiano escolar. Por isso, reconhecemos a realidade do problema do peso das mochilas, em especial no caso dos alunos que frequentam os 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, da mesma forma que entendemos que não há uma solução concreta e específica. Haverá, sim, a possibilidade de, articulando diferentes medidas, conseguir-se efetivamente reduzir esta problemática a uma expressão aceitável.

DIREÇÃO

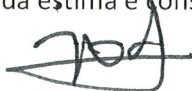
No que está ao alcance dos editores, tudo temos feito nesse sentido. Em dezenas de disciplinas há manuais que se apresentam divididos em volumes, considerando, precisamente, os limites de peso definidos pela Lei. Naturalmente, a dimensão dos manuais reflete a extensão dos programas curriculares, o que nos obriga a estarmos atentos ao número de páginas e ao peso total, tomando a decisão de dividir um manual em dois ou mesmo três volumes sempre que se justifica. Mas o nosso cuidado vai ao pormenor de procedermos a uma avaliação exigente e rigorosa quanto ao tipo de papel usado nos manuais escolares, utilizando invariavelmente um papel com a menor gramagem possível sem que isso prejudique a leitura por parte dos alunos ou diminua a robustez do manual.

Ao mesmo tempo, temos já um longo caminho percorrido na área do digital. Há mais de 10 anos que os editores produzem os manuais escolares em versão digital, que têm estado disponíveis para compra nas livrarias virtuais e que têm sido disponibilizados gratuitamente às escolas e aos professores para projeção nas salas de aula. Neste contexto, verifica-se já, com alguma frequência, a utilização deste tipo de recurso por parte dos professores, o que permite que, em determinadas situações, os alunos não tenham de transportar o manual escolar para a escola. Contudo, é fundamental ter-se em linha de conta que a utilização massiva de manuais escolares em formato digital carece ainda de uma profunda reflexão e de enormes investimentos. Sem esquecer as fracas condições infraestruturais da generalidade dos estabelecimentos de ensino, convém que se avalie com rigor o impacto que essa eventual utilização pode ter na saúde e no desenvolvimento das nossas crianças e jovens, bem como ao nível da igualdade de oportunidades no acesso a essa realidade.

A estas medidas assumidas responsabilmente pelos editores - divisão em volumes, utilização de papel menos pesado, contenção do número de páginas ao e disponibilização de versões digitais para projeção na sala de aula - poder-se-ão juntar outras, como, por exemplo, a de equipar as escolas públicas com cacifos individuais, à imagem do que normalmente acontece nos estabelecimentos de ensino privado. Mas também aqui é preciso acautelar questões de segurança dos alunos e dos bens materiais, bem como do espaço físico da escola.

Esperamos que este nosso contributo se revele útil para o debate em curso e, desde já, manifestamos a nossa disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos que V. Exa. entenda necessários, inclusive em audição parlamentar.

Com elevada estima e consideração, subscrevemo-nos, com os melhores cumprimentos, *também meus*



O Presidente da APEL

João Amaral